



PEQUENOS ESTADOS E ALIANÇAS MILITARES: O CASO DA ISLÂNDIA NA FUNDAÇÃO DA OTAN

SMALL STATES AND MILITARY ALLIANCES: THE CASE OF ICELAND IN THE FOUNDING OF NATO

ALEXANDRE JOSÉ ARANTES

Doutorando e Pesquisador do PPGCP-UFPR

Lattes: lattes.cnpq.br/7412330099267429

RESUMO:

A fundação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, é frequentemente analisada a partir da atuação das grandes potências ocidentais no início da Guerra Fria. Entretanto, a presença da Islândia — um pequeno Estado, sem forças armadas permanentes e recém-independente — entre os membros fundadores da aliança suscita questionamentos relevantes para a teoria das Relações Internacionais. Este artigo analisa como a Islândia, apesar de suas limitações materiais, tornou-se parte central de uma aliança militar estratégica. Partindo da literatura sobre pequenos Estados e teorias de alianças, argumenta-se que a adesão islandesa à OTAN constituiu uma estratégia racional de sobrevivência internacional, baseada na compensação de vulnerabilidades estruturais por meio da institucionalização da segurança. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise histórica. Conclui-se que o caso islandês desafia explicações centradas exclusivamente no poder material, evidenciando a importância da geografia, das instituições e das estratégias adaptativas dos pequenos Estados.

Palavras-chave: Pequenos Estados; OTAN; Alianças Militares; Segurança Internacional; Islândia.

ABSTRACT:

The founding of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) in 1949 is commonly analyzed through the role of major Western powers in the early Cold War. However, the inclusion of Iceland—a small, recently independent state without standing armed forces—among NATO's founding members raises important theoretical questions in International Relations. This article examines how Iceland, despite its material limitations, became a founding member of a major military alliance. Drawing on the literature on small states and alliance theories, the article argues that Iceland's accession to NATO represented a rational survival strategy based on the institutionalization of security to compensate for structural vulnerabilities. Methodologically, the study employs a qualitative approach based on bibliographic review and historical analysis. The findings suggest that the Icelandic case challenges material power-centered explanations and highlights the relevance of geography, institutions, and adaptive strategies adopted by small states.

Keywords: Small States; NATO; Military Alliances; International Security; Iceland.





1 INTRODUÇÃO

A criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, constitui um dos marcos centrais da reorganização do sistema internacional no pós-Segunda Guerra Mundial. Concebida em um contexto de crescente polarização ideológica e estratégica entre Estados Unidos e União Soviética, a OTAN consolidou-se como a principal aliança militar do bloco ocidental durante a Guerra Fria. A literatura especializada tende a explicar sua formação a partir da lógica de contenção soviética, enfatizando o papel das grandes potências — sobretudo Estados Unidos, Reino Unido e França — como atores centrais no desenho institucional e estratégico da aliança.

Entretanto, essa ênfase nas grandes potências frequentemente obscurece a participação e a relevância dos pequenos Estados no processo de fundação da OTAN. Entre os doze membros originais da aliança figura a Islândia, um pequeno Estado insular do Atlântico Norte, com população reduzida, economia dependente e, de maneira particularmente singular, sem forças armadas permanentes. Ademais, a Islândia havia alcançado sua independência plena apenas em 1944, poucos anos antes da assinatura do Tratado do Atlântico Norte, o que torna sua presença no núcleo fundador da aliança ainda mais intrigante.

Diante desse cenário, emerge uma questão fundamental para a teoria das Relações Internacionais: como um pequeno Estado, estruturalmente vulnerável e desprovido de capacidades militares próprias, pôde integrar desde sua origem uma aliança militar estratégica? Essa pergunta desafia explicações baseadas exclusivamente em poder material e sugere a necessidade de incorporar variáveis como geografia, institucionalização da segurança e estratégias adaptativas dos pequenos Estados.

A literatura sobre pequenos Estados destaca que tais atores, embora limitados em termos de recursos materiais, não são necessariamente irrelevantes ou passivos no sistema internacional. Conforme argumenta Keohane (1969), pequenos Estados tendem a exercer influência e garantir sua sobrevivência por meio da inserção em instituições multilaterais e alianças, que funcionam como mecanismos de mitigação de vulnerabilidades. Nesse sentido, alianças militares não são apenas instrumentos das grandes potências, mas também estratégias fundamentais de sobrevivência para Estados estruturalmente frágeis.





No caso islandês, a combinação entre fragilidade material e elevada relevância geoestratégica criou um contexto singular. Localizada entre a América do Norte e a Europa, a Islândia ocupava uma posição estratégica crucial no controle das rotas marítimas e aéreas do Atlântico Norte, especialmente no início da Guerra Fria. Tal condição tornava o país simultaneamente vulnerável e indispensável, tanto para sua própria segurança quanto para os interesses estratégicos das potências ocidentais.

Este artigo parte da hipótese de que a adesão da Islândia à OTAN não foi um ato meramente simbólico nem uma imposição externa, mas uma estratégia racional de política externa, orientada pela necessidade de sobrevivência em um sistema internacional assimétrico. Argumenta-se que a Islândia transformou suas limitações estruturais — ausência de capacidade militar, pequena dimensão econômica e dependência externa — em ativos estratégicos ao institucionalizar sua segurança no âmbito de uma aliança multilateral liderada por grandes potências.

O objetivo central do artigo é analisar a participação da Islândia como membro fundador da OTAN à luz da literatura sobre pequenos Estados e teorias de alianças, demonstrando como fragilidade material e relevância estratégica podem coexistir e produzir agência internacional. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise histórica do contexto do pós-Segunda Guerra Mundial.

Ao fazê-lo, o artigo contribui para o debate teórico sobre pequenos Estados, alianças militares e segurança internacional, ao mesmo tempo em que oferece uma interpretação alternativa à narrativa dominante sobre a fundação da OTAN. Sustenta-se, em última instância, que o caso islandês evidencia que, no sistema internacional, a ausência de poder material não implica ausência de estratégia, e que alianças podem funcionar como instrumentos centrais de ação política para Estados estruturalmente assimétricos.

2 PEQUENOS ESTADOS E TEORIAS DE ALIANÇAS

A categoria analítica de pequenos Estados ocupa posição ambígua na teoria das Relações Internacionais. Durante longo período, esses atores foram tratados como marginais ou residuais nas análises sistêmicas, sobretudo nas abordagens realistas clássicas, que privilegiam a distribuição de poder material como variável





explicativa central. Para Waltz (1979), por exemplo, a estrutura do sistema internacional é definida pela interação entre grandes potências, relegando os pequenos Estados a uma condição de adaptação passiva às pressões sistêmicas.

Entretanto, a partir da década de 1960, emerge uma literatura dedicada especificamente aos pequenos Estados, buscando compreender como esses atores operam em um sistema caracterizado por assimetria de poder. Vital (1967) foi um dos primeiros a sistematizar o conceito, definindo pequenos Estados a partir de suas limitações de capacidade, especialmente no que diz respeito à defesa autônoma. Segundo o autor, a essência da pequenez reside na incapacidade de garantir a própria segurança (VITAL, 1967).

Essa vulnerabilidade estrutural torna a segurança a principal preocupação dos pequenos Estados. Como consequência, suas opções de política externa tendem a ser mais restritas e fortemente condicionadas pelo ambiente internacional. Todavia, isso não implica ausência de agência. Keohane (1969) argumenta que pequenos Estados podem exercer influência ao operar como *system-affecting states*¹, utilizando instituições internacionais e alianças para ampliar sua margem de manobra. Para o autor, os pequenos Estados podem desempenhar um papel ativo na política internacional quando atuam por meio de instituições (KEOHANE, 1969). Nesse sentido, a literatura contemporânea tem enfatizado o caráter estratégico e adaptativo da política externa dos pequenos Estados. Thorhallsson (2006) propõe uma abordagem multidimensional do conceito de tamanho estatal, incorporando não apenas fatores materiais, mas também elementos políticos, institucionais e perceptivos. Segundo o autor, pequenos Estados podem compensar sua fragilidade por meio de legitimidade internacional, capacidade diplomática e inserção institucional, redefinindo os limites impostos pela estrutura do sistema.

No campo específico das teorias de alianças, o realismo fornece instrumentos analíticos fundamentais para compreender o comportamento dos pequenos Estados em contextos de insegurança. Walt (1987), ao desenvolver a teoria do *balance of threat*, argumenta que Estados formam alianças não apenas para equilibrar poder, mas para responder a ameaças percebidas, levando em conta fatores como

¹ Ao contrário das grandes potências (que seriam *system-determining*, ou determinantes do sistema), os *system-affecting states* não conseguem ditar as regras do jogo sozinhos. Eles não possuem poder militar ou econômico bruto para impor sua vontade unilateralmente. No entanto, eles também não são irrelevantes. Eles têm peso suficiente para que suas ações (ou a falta delas) causem impacto no sistema internacional.





proximidade geográfica, capacidades ofensivas e intenções agressivas. Para pequenos Estados, alianças funcionam como mecanismos de proteção externa, sobretudo quando a defesa autônoma é inviável.

A partir dessa perspectiva, a adesão a alianças militares não representa necessariamente perda de autonomia, mas uma escolha racional diante de constrangimentos estruturais. Conforme observa Walt, “alliances are a response to danger, not to power alone” (WALT, 1987, p. 21), ou seja, as alianças são uma resposta ao perigo, não apenas ao poder. Essa formulação é particularmente relevante para compreender a lógica de adesão de pequenos Estados a alianças lideradas por grandes potências.

Entretanto, explicações estritamente realistas são insuficientes para capturar a complexidade das alianças contemporâneas, especialmente aquelas institucionalizadas. Abordagens institucionalistas liberais, como a de Keohane (1984), destacam que alianças duradouras operam como instituições internacionais, capazes de reduzir incertezas, criar expectativas estáveis e estruturar padrões recorrentes de cooperação. Para pequenos Estados, essas características são especialmente valiosas, pois permitem a externalização da segurança de maneira previsível e normativamente regulada.

A OTAN, nesse sentido, pode ser compreendida não apenas como um pacto militar, mas como uma instituição política de segurança coletiva, na qual compromissos são formalizados e mecanismos de consulta são estabelecidos. Como observa Ruggie (1992), instituições desse tipo operam segundo princípios de multilateralismo, criando padrões generalizados de conduta que limitam o exercício unilateral do poder. Para pequenos Estados, esse ambiente institucionalizado reduz a assimetria em relação às grandes potências, ainda que não a elimine.²

Complementarmente, abordagens construtivistas ressaltam o papel de identidades, normas e percepções na formação de alianças. Adler e Barnett (1998) argumentam que alianças podem evoluir para comunidades de segurança, nas quais a expectativa de resolução pacífica de conflitos se torna internalizada. Para pequenos

² Além disso, a literatura recente sobre pequenos Estados e alianças tem enfatizado estratégias como *bandwagoning*, *sheltering* e *hedging*. Thorhallsson e Steinsson (2017) introduzem o conceito de *shelter theory*, segundo o qual pequenos Estados buscam abrigo (*shelter*) político, econômico e militar junto a atores mais poderosos ou instituições internacionais. Nesse contexto, alianças militares funcionam como abrigos de segurança, oferecendo proteção em troca de alinhamento político e concessões estratégicas.





Estados, a inserção em tais comunidades contribui não apenas para a segurança material, mas também para a legitimação internacional.

Dessa forma, este artigo adota um referencial teórico plural e integrativo, combinando contribuições do realismo, do institucionalismo liberal e da literatura específica sobre pequenos Estados. Essa articulação permite compreender a adesão da Islândia à OTAN não como um fenômeno anômalo, mas como uma estratégia coerente com os padrões teóricos de comportamento de pequenos Estados em ambientes de elevada insegurança. Ao enfatizar alianças como instrumentos centrais de sobrevivência e agência internacional, o referencial teórico aqui mobilizado fornece a base analítica para a interpretação do caso islandês desenvolvida nas seções subsequentes.

3 METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, adequada à investigação de fenômenos complexos que envolvem escolhas estratégicas, processos históricos e interpretações teóricas em Relações Internacionais. A opção metodológica fundamenta-se no entendimento de que a participação da Islândia como membro fundador da OTAN não pode ser explicada por meio de variáveis quantitativas isoladas, mas exige uma análise contextualizada das interações entre estrutura sistêmica, agência estatal e institucionalização da segurança.

O método empregado é o estudo de caso, conforme definido por Yin (2015), que permite examinar em profundidade um fenômeno contemporâneo ou histórico dentro de seu contexto real. O caso da Islândia é classificado como um caso instrumental, na medida em que não se busca apenas compreender a experiência islandesa em si, mas utilizá-la para iluminar padrões mais amplos de comportamento dos pequenos Estados em alianças militares. Ademais, trata-se de um caso crítico, pois desafia pressupostos tradicionais da teoria das alianças baseados exclusivamente em capacidades materiais.

O recorte temporal da pesquisa concentra-se no período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e a assinatura do Tratado do Atlântico Norte, em 1949. Esse intervalo é particularmente relevante por corresponder ao momento de definição das estratégias de segurança do pós-guerra e de consolidação das primeiras





instituições da Guerra Fria. Referências pontuais a períodos posteriores são mobilizadas apenas para fins de contextualização e reforço analítico.

No que se refere às fontes de pesquisa, o estudo baseia-se predominantemente em fontes secundárias, incluindo: Literatura acadêmica especializada sobre pequenos Estados, teorias de alianças e segurança internacional; Estudos históricos e análises sobre a fundação da OTAN; Trabalhos específicos sobre política externa e segurança da Islândia. A escolha por fontes secundárias justifica-se pela natureza teórica e interpretativa do estudo, cujo objetivo principal é articular conceitos e interpretações existentes para oferecer uma leitura analítica do caso islandês. As fontes são selecionadas com base em sua relevância acadêmica, recorrência na literatura especializada e reconhecimento no campo das Relações Internacionais.

Do ponto de vista analítico, o artigo adota uma estratégia de triangulação teórica, combinando contribuições do realismo, do institucionalismo liberal e da literatura sobre pequenos Estados. Essa triangulação permite evitar reducionismos explicativos e captar a complexidade do fenômeno estudado, reconhecendo tanto os constrangimentos estruturais quanto as escolhas estratégicas dos atores envolvidos.

A análise desenvolve-se por meio de *process tracing*³, buscando identificar a sequência de fatores que conduziram à adesão da Islândia à OTAN. Esse procedimento analítico possibilita examinar como variáveis como vulnerabilidade estrutural, posição geoestratégica e oportunidades institucionais interagiram ao longo do período analisado, resultando na decisão de integrar a aliança. Por fim, cumpre destacar as limitações do estudo. Por tratar-se de um único estudo de caso, os resultados não pretendem oferecer generalizações estatísticas, mas sim generalizações analíticas, conforme proposto por Yin (2015). Ainda assim, acredita-se que o caso islandês oferece insights relevantes para a compreensão do comportamento de pequenos Estados em alianças militares, especialmente em contextos de elevada assimetria de poder.

³ O chamado *Process Tracing* (ou Rastreamento de Processo) é um método de pesquisa qualitativa utilizado fundamentalmente para investigar a causalidade. Enquanto métodos estatísticos (quantitativos) são excelentes para nos dizer "O quê" acontece (correlação: quando X sobe, Y desce), o *Process Tracing* serve para explicar "Como" e "Por que" isso acontece. Ele busca identificar o mecanismo que liga uma causa ao seu efeito.





3.1 COMPARAÇÃO ANALÍTICA ENTRE PEQUENOS ESTADOS FUNDADORES DA OTAN (1949)

Para reforçar a validade analítica do estudo de caso, este artigo adota um procedimento comparativo exploratório, contrastando a experiência islandesa com a de outros pequenos Estados fundadores da OTAN, em especial Noruega, Dinamarca e Luxemburgo. A comparação não busca homogeneizar esses casos, mas identificar padrões e variações no comportamento de pequenos Estados diante de escolhas de segurança no pós-guerra.

Noruega e Dinamarca, embora compartilhassem vulnerabilidades estruturais e localização estratégica sensível, possuíam forças armadas nacionais e trajetórias históricas distintas em relação à neutralidade. Ambas aderiram à OTAN como forma de equilibrar a proximidade geográfica com a União Soviética, mas preservaram maior autonomia militar interna. Luxemburgo, por sua vez, apresentava limitações materiais semelhantes às da Islândia, mas estava inserido em um contexto continental distinto, marcado pela integração europeia emergente.

A Islândia destaca-se nesse conjunto por sua ausência total de capacidades militares, o que torna sua adesão à OTAN qualitativamente distinta. Enquanto Noruega e Dinamarca combinaram alianças com defesa nacional, a Islândia optou por uma externalização quase completa da segurança, evidenciando um grau mais elevado de dependência institucional.

A fim de reforçar a interpretação do caso islandês e situá-lo em perspectiva comparada, apresenta-se a seguir um quadro analítico que contrasta a Islândia com outros pequenos Estados fundadores da OTAN — Noruega, Dinamarca e Luxemburgo. A comparação evidencia padrões comuns de vulnerabilidade, bem como diferenças relevantes nas estratégias de segurança adotadas.

Tabela 1 – Pequenos Estados fundadores da OTAN: capacidades, vulnerabilidades e estratégias (1949)

| Dimensão Analítica | Islândia | Noruega | Dinamarca | Luxemburgo |
|--|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|----------------|
| Capacidade nacional militar | Inexistente (sem forças permanentes) | Existente (forças armadas limitadas) | Existente (forças armadas limitadas) | Muito reduzida |
| Experiência de ocupação na Segunda Guerra | Sim (Reino Unido e EUA) | Sim (Alemanha) | Sim (Alemanha) | Sim (Alemanha) |





| | Islândia | Noruega | Dinamarca | Luxemburgo |
|---|--|---|---|--|
| Dimensão Analítica | Atlântico Norte (rotas aéreas e marítimas transatlânticas) | Fronteira com a URSS; Norte | Controle dos estreitos Báltico | Europa do Ocidental continental |
| Localização geoestratégica | Declarada, mas inviável na prática | Neutralidade abandonada pós-guerra | Neutralidade abandonada pós-guerra | Neutralidade historicamente frágil |
| Opção prévia de neutralidade | Externalização total da defesa via OTAN | Combinação de defesa nacional e aliança | Combinação de defesa nacional e aliança | Defesa limitada + alianças |
| Estratégia de segurança pós-1945 | Muito elevado | Elevado | Elevado | Moderado |
| Grau de dependência da OTAN | Controle e vigilância do Atlântico Norte | Flanco norte da Europa | Acesso da Báltico | ao Profundidade continental |
| Função estratégica para a OTAN | <i>Small but strategic state</i> | <i>Small state</i> | <i>frontline Small state</i> | <i>Small gateway continental state</i> |
| Perfil de agência internacional | | | | |

Fonte: elaboração própria, com base em Walt (1987), Keohane (1984), Ingebritsen et al. (2006) e Archer (2018).

A comparação evidencia que, embora todos os pequenos Estados fundadores da OTAN compartilhassem vulnerabilidades estruturais, a Islândia apresenta um perfil qualitativamente distinto. Enquanto Noruega e Dinamarca combinaram a adesão à aliança com a manutenção de capacidades militares nacionais, a Islândia optou por uma externalização quase completa da segurança, delegando integralmente sua defesa à OTAN.

A tabela demonstra que a relevância da Islândia para a OTAN não derivava de poder militar, mas de sua posição geoestratégica singular, reforçando o argumento de que alianças são moldadas não apenas por capacidades materiais, mas também por localização, função estratégica e barganhas institucionais. Assim, o quadro comparativo fortalece a conclusão de que o caso islandês representa um tipo ideal de pequeno Estado altamente dependente de alianças, mas dotado de agência estratégica, contribuindo para uma compreensão mais refinada do papel dos pequenos Estados em alianças militares.

4 A ISLÂNDIA NA OTAN: VULNERABILIDADE, GEOGRAFIA E ESTRATÉGIA





A inserção da Islândia como membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte constitui um caso paradigmático para a análise do comportamento estratégico de pequenos Estados em contextos de elevada assimetria de poder. A compreensão desse processo exige a articulação entre três dimensões analíticas centrais — vulnerabilidade estrutural, posição geoestratégica e institucionalização da segurança — que, quando analisadas de forma integrada e comparativa, permitem explicar por que a Islândia não apenas aderiu à OTAN, mas o fez desde o momento de sua criação, em 1949.

No imediato pós-Segunda Guerra Mundial, a Islândia apresentava um grau de vulnerabilidade estrutural significativamente superior ao de outros pequenos Estados europeus. Conforme sintetizado na Tabela 1, tratava-se do único entre os membros fundadores da OTAN que não possuía forças armadas nacionais permanentes, o que a colocava em uma situação de dependência absoluta em matéria de defesa. Essa condição extrema confirma a definição clássica de pequeno Estado formulada por Vital (1967), segundo a qual a essência da pequenez reside na incapacidade de assegurar autonomamente a própria sobrevivência em um ambiente internacional competitivo. No caso islandês, essa incapacidade não era apenas relativa, como na Noruega ou na Dinamarca, mas estrutural e institucionalizada.

A experiência da Segunda Guerra Mundial desempenhou papel central na redefinição das percepções de segurança das elites políticas islandesas. A ocupação britânica em 1940 e, posteriormente, a presença militar norte-americana evidenciaram, de forma inequívoca, a inviabilidade da neutralidade como estratégia de sobrevivência. Embora a neutralidade tivesse sido formalmente adotada até então, os eventos do conflito demonstraram que a localização geográfica da Islândia tornava o país inevitavelmente relevante para as grandes potências. Nesse sentido, a guerra funcionou como um processo de aprendizagem estratégica, levando à consolidação da percepção de que a segurança islandesa não poderia ser garantida fora de um arranjo institucional mais amplo.

A posição geoestratégica da Islândia no Atlântico Norte foi, simultaneamente, a principal fonte de sua vulnerabilidade e o elemento que lhe conferiu relevância estratégica desproporcional ao seu tamanho. Situada entre a América do Norte e a Europa, a Islândia ocupava um ponto nodal nas rotas marítimas e aéreas transatlânticas, fundamentais para a projeção de poder e para a logística militar no contexto emergente da Guerra Fria. Conforme indicado na Tabela 1, essa função





estratégica distinguia a Islândia de outros pequenos Estados fundadores da OTAN, como Luxemburgo, cuja relevância derivava mais de sua inserção institucional do que de sua posição geográfica, ou mesmo da Noruega, cuja importância estava relacionada à proximidade com a União Soviética.

Essa centralidade geográfica conferiu à Islândia um papel funcional específico dentro da arquitetura de segurança atlântica. Como argumenta Archer (2018), o controle do Atlântico Norte era considerado vital para a estratégia de contenção soviética, especialmente no que se refere à proteção das linhas de comunicação entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Dessa forma, embora a Islândia não contribuísse com capacidades militares tradicionais, sua adesão à OTAN representava um ganho estratégico significativo para a aliança, ao assegurar o acesso a um território essencial para operações de vigilância, controle marítimo e projeção logística.

Diante dessa combinação entre vulnerabilidade extrema e relevância estratégica, a adesão à OTAN emergiu como uma escolha racional de política externa. A institucionalização da segurança por meio de uma aliança multilateral permitiu à Islândia transformar sua fragilidade em ativo negociável, trocando acesso territorial e legitimidade estratégica por garantias de defesa coletiva. Conforme destacado por Keohane (1969; 1984), pequenos Estados tendem a maximizar sua segurança ao operar por meio de instituições, especialmente quando os custos da ação unilateral são proibitivos. A OTAN oferecia não apenas proteção militar, mas também previsibilidade estratégica e inserção estável no bloco ocidental.

A comparação com outros pequenos Estados fundadores da OTAN, apresentada na Tabela 1, reforça esse argumento ao evidenciar que a estratégia islandesa representou um caso-limite de dependência institucional. Enquanto Noruega e Dinamarca optaram por combinar alianças com a manutenção de capacidades militares nacionais, e Luxemburgo vinculou sua segurança a processos mais amplos de integração europeia, a Islândia delegou quase integralmente sua defesa à aliança atlântica. Esse padrão confirma a proposição da shelter theory (THORHALLSSON; STEINSSON, 2017), segundo a qual pequenos Estados buscam abrigo não apenas militar, mas também político e econômico em instituições lideradas por grandes potências.

Importa destacar que essa dependência não implicou ausência de agência. Ao negociar sua adesão à OTAN, a Islândia preservou a inexistência de forças armadas





nacionais e limitou os custos políticos internos associados à militarização, mantendo uma identidade política fortemente vinculada ao pacifismo e à soberania formal. Essa capacidade de moldar os termos de sua inserção institucional demonstra que, mesmo em contextos de assimetria extrema, pequenos Estados podem exercer escolhas estratégicas relevantes e influenciar arranjos institucionais de acordo com seus interesses.

Assim, a participação da Islândia como membro fundador da OTAN não deve ser interpretada como um desvio anômalo ou como simples reflexo da coerção sistêmica exercida pelas grandes potências. Trata-se, antes, de um exemplo claro de adaptação estratégica, no qual um pequeno Estado soube explorar sua posição geográfica e o contexto institucional emergente para garantir sua sobrevivência e relevância no sistema internacional. A análise empírica, articulada à comparação sistemática apresentada na Tabela 1, confirma que a Islândia representa um tipo ideal de pequeno Estado cuja segurança é profundamente ancorada em alianças, oferecendo um caso analiticamente fértil para os estudos sobre alianças, institucionalismo e assimetrias de poder.

5 CONCLUSÃO

Este artigo buscou responder à seguinte questão de pesquisa: como um pequeno Estado, desprovido de capacidades militares próprias, como a Islândia, tornou-se membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte? Ao longo da análise, argumentou-se que a resposta a essa pergunta não pode ser encontrada em explicações baseadas exclusivamente em poder material ou em modelos tradicionais de balanceamento, mas exige uma abordagem que integre vulnerabilidade estrutural, geografia estratégica e institucionalização da segurança.

Do ponto de vista teórico, o estudo dialogou com três corpos analíticos centrais: a literatura sobre pequenos Estados, as teorias de alianças e o institucionalismo liberal. Essa triangulação permitiu superar leituras reducionistas que tendem a marginalizar pequenos Estados como atores passivos do sistema internacional. Conforme demonstrado, a Islândia não apenas reagiu a constrangimentos externos, mas atuou estrategicamente para transformar sua vulnerabilidade em ativo diplomático, explorando sua posição geográfica singular no Atlântico Norte.





A análise empírica do período 1945–1949 evidenciou que a Islândia enfrentava um dilema de segurança qualitativamente distinto daquele vivenciado por outros pequenos Estados fundadores da OTAN. A inexistência de forças armadas nacionais, associada ao isolamento geográfico, tornava inviáveis tanto estratégias de defesa autônoma quanto projetos de neutralidade efetiva. Nesse sentido, a adesão à OTAN representou a única alternativa institucional viável para garantir a sobrevivência estatal em um contexto de crescente polarização sistêmica.

A comparação sistemática com Noruega, Dinamarca e Luxemburgo, sintetizada na Tabela 1, reforça esse argumento ao evidenciar que, embora todos compartilhassem condições de pequenez relativa, a Islândia apresentava o maior grau de dependência estrutural em relação à aliança. Enquanto Noruega e Dinamarca optaram por combinar alianças com capacidades militares nacionais, e Luxemburgo vinculou sua segurança a processos de integração continental, a Islândia adotou um modelo singular de externalização quase total da defesa. Essa diferenciação empírica sustenta a proposição de que pequenos Estados não constituem um grupo homogêneo, mas apresentam trajetórias estratégicas diversas conforme suas condições específicas.

Do ponto de vista institucional, a OTAN funcionou, para a Islândia, como um verdadeiro abrigo de segurança, nos termos da *shelter theory*. Ao integrar a aliança como membro fundador, a Islândia assegurou proteção militar, previsibilidade estratégica e reconhecimento internacional, ao mesmo tempo em que ofereceu à OTAN uma posição geoestratégica insubstituível para o controle do Atlântico Norte. Essa relação assimétrica, mas funcional, ilustra como instituições internacionais podem mediar trocas de segurança entre Estados com capacidades profundamente desiguais.

As contribuições deste artigo são duplas. Empiricamente, oferece uma leitura aprofundada e comparativa do caso islandês, frequentemente tratado de forma periférica nos estudos sobre a OTAN. Teoricamente, demonstra que a participação de pequenos Estados em alianças não deve ser interpretada apenas como reflexo de coerção sistêmica, mas como resultado de estratégias racionais que combinam adaptação estrutural e agência política. Nesse sentido, o caso da Islândia constitui um tipo ideal de pequeno Estado altamente dependente de alianças, útil para análises comparativas em outros contextos regionais e temporais.





Por fim, este estudo sugere caminhos para pesquisas futuras. Investigações comparativas com pequenos Estados não europeus, bem como análises longitudinais sobre a evolução da relação entre Islândia e OTAN ao longo da Guerra Fria e do pós-Guerra Fria, podem aprofundar a compreensão dos limites e possibilidades da institucionalização da segurança para Estados estruturalmente vulneráveis. Assim, o caso islandês permanece relevante não apenas como episódio histórico, mas como referência analítica para os debates contemporâneos sobre alianças, assimetrias de poder e sobrevivência estatal no sistema internacional.

Referências

ARCHER, Clive. *Iceland and the North Atlantic Alliance: security, identity and cooperation*. London: Routledge, 2018.

Bailes, Alyson J. K.; THORHALLSSON, Baldur. *Iceland and NATO: balancing dependence and influence*. Reykjavik: University of Iceland Press, 2013.

KEOHANE, Robert O. Lilliputians' dilemmas: small states in international politics. *International Organization*, Cambridge, v. 23, n. 2, p. 291–310, 1969.

KEOHANE, Robert O. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

NATO. *The North Atlantic Treaty*. Washington, DC, 1949.

THORHALLSSON, Baldur. The role of small states in the European Union. *Journal of European Integration*, London, v. 28, n. 1, p. 1–16, 2006.

THORHALLSSON, Baldur; STEINSSON, Sverrir. Small state foreign policy. In: O'MAHONY, Jane; PARRY, Geraint (org.). *Small states in a new era*. London: Routledge, 2017. p. 17–34.

VITAL, David. *The inequality of states: a study of the small power in international relations*. Oxford: Clarendon Press, 1967.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

